



Refletindo sobre o Campo Científico da Administração e a Atuação do Pesquisadorⁱ

Raphael Schlickmann
Andressa Sasaki Vasques Pacheco

Resumo:

O objetivo deste trabalho é o de apresentar uma discussão teórica em torno do campo científico e da atuação do pesquisador neste campo. Mais especificamente como funciona o campo científico e o quanto seus pesquisadores são influenciados pelo contexto em que estão inseridos. Assim, inicialmente são apresentados os conceitos e abordagens de campo científico segundo a concepção de Merton (1979) e Bourdieu (1994), cujas características são discutidas por Martin (2001). Na sequência é discutida a atuação do pesquisador no campo científico, tomando por base as contribuições de Dortier (2005), que discute de forma crítica a atuação daqueles que denomina “profissionais do saber”; Berry (1995) e Gingras et al (2001) que relacionam o pesquisador ao homem de negócios; Dortier (2001) que chama a atenção para as várias facetas da atividade do pesquisador; e Louvel (2005) e Leclerc (2005) os quais discorrem sobre a importância dos relacionamentos do pesquisador no campo. Na sessão seguinte, faz-se uma discussão em torno da produção e difusão do conhecimento no campo da Administração, considerando os trabalhos de Charle (1998) e Dortier (1998), ambos de abordagem crítica. Ainda nesta seção remete-se ao trabalhos de Audet (1986) que propõe um quadro conceitual para o desenvolvimento de uma epistemologia da administração em que discute o campo e a atuação dos pesquisadores desta área do conhecimento; e aos trabalhos de Serva (1990, 1992) em que aborda o campo de atuação do administrador no Brasil. Há uma menção ainda à Bertero (2006) que converge em alguns aspectos com os trabalhos daquele autor. Levando-se em consideração os aspectos tratados pelos autores supracitados, faz-se uma reflexão que mostra o quanto o *ethos* da ciência proposto por Merton (2001) tem aparecido de forma distorcida quando se parte para a análise da atuação dos pesquisadores no campo científico da Administração, utilizando como base o caso brasileiro. Assim, são discutidas essas distorções com base em cada um dos quatro passos ou normas desse *ethos*, quais sejam: o universalismo, o comunismo, a falta de desinteresse e o ceticismo organizado. Essa reflexão abrange também a relação entre o campo científico e o mercado, destacando-se o quanto aquele parece reproduzir as desigualdades deste. Por fim, destaca-se o quanto a atuação dos pesquisadores no campo administrativo brasileiro tem se submetido às práticas do chamado *mainstream* anglo-saxão, as quais são tomadas como modelos. Conclui-se que há no campo científico – especialmente da Administração – uma longa jornada a se percorrer em busca de uma ciência de fato: com a consciência de que a verdade será sempre uma busca infinita. Porque quando a verdade existir, não existirá mais ciência.

1 Introdução

O objetivo deste trabalho é o de apresentar uma discussão teórica em torno do campo científico e da atuação do pesquisador neste campo. Mais especificamente como funciona o campo científico e o quanto seus pesquisadores são influenciados pelo contexto em que estão inseridos. Assim, busca-se discutir conceitos e abordagens sobre o campo científico em geral e o campo científico da Administração e a profissão do professor-pesquisador das ciências sociais e da Administração. Ao final são apresentadas algumas reflexões críticas relacionadas ao campo científico da Administração, ressaltando a atuação do pesquisador neste campo destacando a realidade brasileira.

2 O Campo Científico

De acordo com Martin (2001) a ciência passou longo período ao largo do campo dos trabalhos sociológicos. A partir dos trabalhos de Robert K. Merton, a sociologia das ciências passou a se esforçar em responder a dois tipos de questões: (1) os modos de funcionamento e de organização do espaço científico e (2) a influência do contexto de produção sobre os conhecimentos científicos.

Assim, Merton (1979) busca examinar os costumes que circundam os métodos da ciência e não os métodos em si. É o que este autor vai chamar de *ethos* da ciência moderna que compreende quatro passos ou normas: o universalismo, o comunismo, o desinteresse e o ceticismo organizado.

O universalismo está ligado a critérios impessoais, internacionais e virtualmente anônimos da ciência. O comunismo tem haver com o caráter socialmente colaborativo da ciência, ou seja, com a obrigação moral do compartilhamento da ciência. O desinteresse está relacionado à paixão do cientista pelo saber, desprovidos de interesses privados. O ceticismo organizado, por fim, tem haver com a “suspensão do julgamento, até que ‘os fatos estejam à mão’, e o exame imparcial das crenças, de acordo com critérios empíricos e lógicos” (MERTON, 1979, p. 51).

Para Martin (2001) o *ethos* científico descrito por Merton é liberal, igualitário e democrático desde que sejam seguidas as quatro normas supracitadas. Do contrário, a ciência perde seu valor, sendo controlada por outras instituições econômicas e políticas. Vale ressaltar, que essas atitudes contrárias ao *ethos* de Merton, são contrapostas às normas propostas pelo autor, por meio de exemplos.

Norman Storer, Warren Hagstrom, Gerard Lemaine, Benjamim Natalon, Pierre Bourdieu, Stephen e Jonathan Cole e Diane Crane dão sequência ao trabalho de Merton na busca pela descrição das motivações individuais dos pesquisadores e pelo conteúdo da produção da ciência (MARTIN, 2001).

Os primeiros quatro autores mencionados, por exemplo, vão examinar a ciência como um sistema de trocas, semelhante ao mercado econômico, em que os bens trocados são o conhecimento e o reconhecimento. Tal como os empresários lutam para manterem-se no mercado econômico, os cientistas também terão de competir para viver no campo científico (MARTIN, 2001).

Bourdieu (1994) assinala o campo científico como o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial em que o que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica (capacidade técnica e poder social). Assim, todas as práticas estão orientadas para a aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade, etc). Nesse sentido, os interesses específicos dos pesquisadores vão ao encontro dos métodos

e das teorias que lhe permitam ocupar de forma legítima a posição dominante num campo específico (BOURDIEU, 1994). “A autoridade científica é, pois uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, em certas condições reconvertido em outras espécies” (BOURDIEU, 1994, p. 130). Ou seja, a carreira científica bem-sucedida torna-se um processo contínuo de acumulação (de reconhecimento, de reputação, de visibilidade) no qual o capital inicial, representado pelo título escolar, tem um papel determinante. Para garantir a acumulação e a posição de destaque no campo, os dominantes contam com estratégias de conservação (perpetuação da ordem científica estabelecida com a qual compactuam) e os novatos com estratégias de sucessão ou de subversão (BOURDIEU, 1994).

Martin (2001) mostra que as descrições de comunidade científica supracitadas têm traços que a aproximam do resto da sociedade: ela é desigual, estratificada e apresenta casos de sexismo e racismo. Estas características geram uma concentração de poderes que tendem a negligenciar as trocas com outros pesquisadores.

Partindo para uma análise de um estudo sociológico das ciências Martin (2001) traz as contribuições de autores como Comte, Durkheim, Marx, Khun, Barnes, Bloor, Collins, Bath até chegar à ciência como prática, ou à antropologia das ciências, para quem estudar a ciência é estudar os processos práticos que permitem aos pesquisadores encontrar um resultado, de decidir qual a experiência é aceitável, ou qual outro resultado deve ser rejeitado. Assim, são os pesquisadores e as realidades que estudam os verdadeiros elementos constitutivos da ciência.

Nesse sentido, busca-se discutir na seção seguinte a atuação do pesquisador no campo científico.

3 A Atuação do Pesquisador no Campo Científico

Dortier (2005) em artigo denominado *Les professionnels de l'intelligence: portrait de groupe* discute de forma crítica aquilo que se tem chamado de sociedade do saber, especificamente quem são os “trabalhadores do saber” ou como são denominados aqueles que têm como missão criar, difundir e vender os conhecimentos.

Em sua crítica este autor deixa claro que o termo “trabalhadores do saber” é impregnada de carga ideológica, pois na teoria são colocados como pertencentes a uma nova maneira de trabalho muito liberal, onde autonomia, interatividade e flexibilidade andam juntas. Porém, esta descrição é colocada como mito, na medida em que a realidade indica, por exemplo, novas relações de trabalho com formas de subordinação inéditas (ruptura do tempo de trabalho e trabalho entrelaçado, por exemplo), além de uma autonomia que esconde um autocontrole permanente.

A realidade em contraponto ao mito dos “trabalhadores do saber” - em que são incluídos também os pesquisadores e professores - pode ser ilustrada por Berry (1995) em seu artigo *L'agenda Du Chercheur: que faire quand on a trop à faire?* em que o autor mostra os *trade-offs* a que o pesquisador contemporâneo está sujeito a todo momento, principalmente com relação ao tempo. Este autor chega a fazer uma relação entre o homem de negócios (hn) e o pesquisador (p) apresentando os três pares de esferas a que os dois estão sujeitos:

- a) esfera estatutária (hn) X esfera das obrigações (p): a esfera estatutária corresponde às obrigações formais; e a esfera das obrigações correspondem às aulas programadas em horários fixos e as reuniões a que está sujeito (departamentais, núcleos de pesquisaⁱⁱ, etc), sendo que essas obrigações se acumulam à medida que há um progresso na carreira;
- b) esfera de subida (hn) X esfera das solicitações (p): a esfera de subida agrupa as solicitações cujo dirigente é o objeto; e a esfera de solicitações diz respeito aos

encontros de campo e ou as propostas de colaboração: convites para proferir palestras, participar de bancas de defesas de dissertações ou teses, avaliar um artigo, etc., sendo que quanto mais se progressa na carreira, mais essas solicitações invadem a agenda; c) esfera da criatividade (hn) X esfera criativa (p): a esfera da criatividade compreende as atividades às quais o dirigente mostra sua marca pessoal e que são encaixadas nos “buracos” da agenda, e que por essa razão, são suscetíveis de sofrer um contra golpe dos transbordamentos das duas esferas precedentes; e a esfera criativa envolve a participação em seminários ou colóquios.

Outros que relacionam o pesquisador ao homem de negócios são Gingras et al (2001) quando apresentam a ligação que vem sendo feita desde o século passado entre pesquisa e aplicação, fazendo aparecer a figura do pesquisador empreendedor.

Mas de fato, *Qu'est-ce qu'un chercheur?* (o que é um pesquisador?). Para responder a esta pergunta que intitula seu artigo, Dortier (2001) chama a atenção para as facetas da atividade científica, a observação dos pesquisadores em seu ambiente de trabalho. Com relatos de pesquisadores de áreas distintas o autor mostra que a vida de pesquisador não se resume ao trabalho de campo, sendo necessária a participação em colóquios, a realização de publicações, a busca por financiamento para pesquisas, a preparação de viagens ao campo, a organização dos aspectos técnicos do trabalho, a relação com os colegas de trabalho e com outras pessoas, etc.

Leclerc (2005) destaca a importância desse relacionamento com as pessoas e mais precisamente com os pares quando fala do intelectual contemporâneo – os universitários -, na medida em que a universidade é o lugar de seu exercício. Nesse sentido, o autor destaca que o intelectual isolado não existe, pois a notoriedade e a visibilidade por ele almejada só se darão na medida em que este se comunicar com seus colegas, na medida em que estiver enraizado no grupo de seus pares.

Louvel (2005) complementa Leclerc (2005) ao ressaltar que a atividade científica consiste essencialmente em adquirir a credibilidade a qual é dada pelos pares. Este autor destaca, no entanto, que não há uma homogeneidade entre os intelectuais enquanto grupos: há uma hierarquização simbólica que será tanto mais alta quanto mais alto o prestígio dos intelectuais. Este prestígio pode ser medido pelo prestígio da instituição de origem; pela produção de uma obra reconhecida; pela influência na edição e publicação; e por ser um diretor de laboratório de pesquisa.

Esta busca exacerbada pelo prestígio – mais precisamente por meio da produção científica, no caso brasileiro – é fortemente criticado por Evangelista (2006) a qual reinventa a expressão “publicar ou morrer” sugerindo “publicar *pero sin morir*”.

Na seção seguinte, aborda-se as peculiaridade do campo científico da Administração enfatizando a atuação dos pesquisadores deste campo.

4 A Reprodução e a Difusão do Conhecimento no Campo Científico da Administração

Ao discutir a produção e difusão dos trabalhos dos pesquisadores bem como o reconhecimento entre seus pares bem como a notoriedade pública Charle (1998) afirma que, para tal, é necessário um jogo de estratégias que tem seus ganhadores e perdedores.

O autor faz um retrospecto histórico daquilo que chama de “lugares de formação” e das “revistas cultas” concluindo que a dissociação entre os lugares do saber e de transmissão das inovações difundiu uma diferenciação social paralela dos produtores de idéias e uma separação crescente entre esses dois circuitos institucionais. Ou seja, à medida que se institucionalizam os lugares de formação, de transmissão e de difusão de idéias, a concorrência entre grupos de intelectuais transformou-se numa luta pelo poder e pela

legitimidade, únicos meios de acesso a essas instituições, sem as quais a produção de idéias fica um cemitério utópico.

Este fenômeno, continua Charle (1998), explica a emergência do poder, desde o fim do século XIX, dos diretores de coleções, revistas críticas e detentores de um poder universitário os chamados “homens duplos”. O autor sugere que se façam alianças com eles, embora reconhecendo que pode não ser possível, pois suas idéias se chocam ou aqueles criam suas próprias conexões e acumulam um capital simbólico ou material, com sua própria estrutura de edição.

Para Dortier (1998) somente o interesse e a qualidade de uma pesquisa bem como o renome do autor permitem explicar que o trabalho alcance uma difusão mais importante próximo a um público maior. Citando Desjeux o autor afirma que a produção de um livro bem como sua aceitação pelos leitores são dependentes de um jogo social já estruturado, dentro de cinco grandes “mercados” ou “campos” de propagação: o científico, o do debate intelectual, o da vulgarização, o do ensino e por fim o campo das “aplicações e utilizações” das ciências humanas.

Ao propor um quadro conceitual para o desenvolvimento de uma epistemologia da administração Audet (1986) inicia elaborando uma conceituação de campo. Para ele, campo é o lugar das relações entre atores humanos que pretendem produzir conhecimentos definidos ou que são reconhecidos como tal, e que estão em concorrência para obter o controle da definição das condições de produção e validação desses conhecimentos. Essas relações engendram a dinâmica do seu conteúdo (*corpus*), na medida em que produzir conhecimentos constitui a principal forma de ação pela qual os produtores tentam controlar as regras de produção e de validade do conhecimento.

Assim, Audet (1986) identifica dois grupos no campo dos conhecimentos da administração: o dos praticantes (participação direta nas ações administrativas) e o dos não-praticantes (concentração das tarefas na produção de conhecimento e não participação direta nas ações administrativas, como os universitários). Este autor finaliza seu quadro conceitual abordando as duas possibilidades de estudos concretos no campo da administração: os temáticos (tratam da racionalidade instrumental, pragmático, a-histórico) e os morfológicos (tratam de uma fração do campo, em lugares específicos, durante um período dado).

Em seu artigo *Contribuições para uma teoria organizacional brasileira*, Serva (1990) faz uma crítica ao suporte teórico fornecido pelas escolas em face do campo de atuação do administrador no Brasil caracterizado como: voltado ao sistema oligopolizado de produção, segundo a concepção de Guerreiro Ramos; tecnicista, de cunho normativo e baseado em prescrições antigas para problemas atuais; e voltado à reprodução ideológica das experiências já consolidadas no contexto americano (como destaca também Bertero, 2006). Para tanto, Serva (1990) sugere que o fenômeno organizacional brasileiro seja reconstituído historicamente e analisado à luz das especificidades culturais brasileiras. A crítica de Serva se faz ainda mais contundente em outro trabalho *A importação de metodologias administrativas no Brasil – uma análise semiológica*, publicado em 1992 na Revista de Administração Pública.

5 Considerações Finais

Com este trabalho buscamos apresentar uma discussão em torno do campo científico e da atuação do pesquisador neste campo. Em termos mais específicos como este campo está organizado e a influência do contexto na atuação dos seus pesquisadores. Discutiram-se alguns conceitos e abordagens sobre o campo científico em geral e o campo científico da Administração e aspectos inerentes à profissão do professor-pesquisador das ciências sociais e da Administração. A partir dessa discussão algumas reflexões se fazem pertinentes.

Foi possível constatar como as questões colocadas pelos autores apresentados são visíveis e pertinentes na realidade acadêmica. Salta aos olhos a distorção do *ethos* da ciência proposto por Merton.

É difícil crer que exista o universalismo nas instituições científicas e entre seus membros se sabemos que em certas revistas e eventos científicos o que muitas vezes se vê é a política da “boa vizinhança”, ou melhor falando, aprova-se a pessoa não seu trabalho: “Interessante este trabalho... vamos ver de quem é... ops! Se bem que esta introdução não está bem ‘redondinha’...”.

Com relação ao comunismo, a questão é ainda mais delicada, principalmente se tomarmos como exemplo o Brasil. Em nosso país, os mais renomados centros de pesquisa e de produção científica são bancados com dinheiro público. Logo, entende-se que os resultados das pesquisas deveriam ser repartidos, ser socializados e beneficiar a sociedade em geral, pois é esta quem possibilita que as pesquisas sejam realizadas. Entretanto, o que muito se vê é o uso de recursos públicos (monetários e principalmente humanos, materiais e físicos) para se atingir a um resultado que será muitas vezes usado em benefício de poucos. De acordo com Côrrea (2007), segundo dados do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI dentre os dez depositantes de Patente de Invenção e de Modelo de Utilidade mais expressivos no país, observa-se a presença de 2 universidades, 1 agência de fomento, 1 estatal e 6 empresas privadas. Ainda segundo Côrrea (2007), baseada em estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apenas 10% dos mestres e doutores estão trabalhando na indústria. Nesse sentido, vale a pena perguntar: se a universidade é “protagonista” (CÔRREA, 2007, p. 44) na geração de pesquisas no país, não deveria ser ela a detentora do maior número de patentes? O que está errado? Até que ponto esta questão é discutida de forma adequada pela academia? Em que termos se dão as parcerias entre empresas e universidades? Todos saem ganhando?

A “falta de desinteresse” por parte do pesquisador é um outro ponto a ser destacado. No campo da Administração isto é bem visível: quantas disciplinas se prestam à discussão mais crítica desta ciência nas faculdades? Parece não haver interesse pela crítica, mas em manter o *status quo*. Há um desprezo pelas interrogações e um incentivo às pseudo-soluções aos problemas das organizações.

O ceticismo organizado está muito relacionado aos outros pontos. O seu não uso pode ser verificado, por exemplo, em muitas bancas de pós-graduação em que não se discute, não se questiona, apenas se adjetiva. Não é possível levar a sério uma banca em que não há dúvidas, não há questionamentos, não há críticas. Ou pior, há pseudo-críticas.

Outro ponto que é interessante mencionar são as considerações dos autores que relacionam o campo científico ao mercado. De fato, parece prevalecer a idéia de que o campo científico serve como mais um meio para o mercado atingir seus objetivos de acumulação e lucro máximos. Essa “confusão” talvez ocorra porque no campo científico, como no mercado, as desigualdades também são perceptíveis: quem mais publica X quem menos publica; periódicos *Qualis A1* X periódicos *Qualis C*; universidades recomendadas X universidades não-recomendadas, etc. Ressalta-se que estas dicotomias sempre estão embebidas da convivência entre dominantes e dominados, na medida em que os dominantes aparecem como defensores do *status quo* enquanto os dominados são aqueles que acabam legitimando essa dominação por escolha própria (são os apoiadores do *status quo* que buscam fazer parte dele) ou não conseguirem se impor (são os subversivos que lutam para mudar o *status quo*), utilizando os conceitos de Bourdieu (1994).

Essa dominação pode ser facilmente identificada quando focamos nossa análise para o campo administrativo brasileiro. Mais precisamente verificamos – de forma geral – uma submissão dos atores de nosso campo às práticas do chamado *mainstream* anglo-saxão tomando-as como modelos.

Assim, em nosso campo, é comum partir-se do pressuposto de que não existem várias realidades. Ou seja, considera-se que há o campo da administração e os conhecimentos nele produzidos servem ou “são aplicáveis” - como preferem os funcionalistas - a quaisquer realidades. Os modelos gerenciais traduzidos nos livros didáticos são exemplo disso. Pior: muitos trazem versões tupiniquins e pioradas de modelos advindos de outros lugares, com outros atores, outras culturas, outras instituições, enfim uma infinidade de diferenças que precisam ser levadas em consideração no momento de uma análise. Busca-se enquadrar a realidade num modelo, quando dever-se-ia buscar uma novo modelo na medida em que se tem uma nova realidade. É como se não fôssemos capazes de entender a nossa realidade, como se estivéssemos predestinados a aceitar que o “que vem de fora” é o melhor. Em outras palavras, aceitamos ser coadjuvantes preferindo a sucessão à subversão, mais uma vez remetendo-nos à Bourdieu (1994).

Mas aceitar que o “que vem de fora” (leia-se literatura anglo-saxônica) é melhor é tão inegavelmente falso que a questão geográfica EUA X Brasil é somente emblemática, na medida em que a tentativa de aplicações de modelos e explicações pode ocorrer – e ocorre – inclusive internamente. Em outros termos, ainda que se desenvolva um “modelo de gestão” para uma determinada organização em Florianópolis, Santa Catarina, este não será necessariamente aplicado a uma “organização semelhante” em Belém, no Pará. Outros processos históricos, outras culturas, outros atores, outras instituições, enfim, outras realidades. Parece óbvio, lugar comum essa discussão e este exemplo. E de fato é. Mas a realidade aponta justamente para o desprezo a este fato. Ainda opta-se pelo exemplo do modelo de fabricação de “tortas de maçã” ainda que o professor e o gerente só conheçam o sabor do “bolinho de fubá”. No Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade/EnEPQ realizado pela ANPAD em 2009 um professor chamava a atenção para a necessidade de se estudar as práticas organizativas brasileiras e suas peculiaridades, mencionando uma questão exemplar: como algumas empresas brasileiras adaptaram-se e sobreviveram aos diferentes contextos sociais, políticos e econômicos aos quais o país atravessou nas últimas décadas levando-se em consideração que essas foram muito mais abruptas se comparadas as que ocorreram em países relativamente mais estáveis como os anglo-saxões. O professor destacou ainda que embora a adaptação de nossas empresas tenha sido relativamente maior, são as empresas de outros países que tomamos como “modelos de gestão” a seguir.

Algo que também merece ser destacado no que tange às discussões de Serva (1990, 1992) é o fato de o quanto ainda precisamos avançar rumo a consolidação de um paradigma crítico no campo da administração no Brasil, ainda que pareça estar mais vultuoso nos últimos anos.

Assim, percebe-se que há no campo científico – especialmente da Administração – uma longa jornada a se percorrer em busca de uma ciência de fato: com a consciência de que a verdade será sempre uma busca infinita. Porque quando a verdade existir, não existirá mais ciência.

REFERÊNCIAS

AUDET, M. e MALOUIN, J.-L. (orgs.) **La production des connaissances scientifiques de l'administration**. Quebec : Les Presses de l'Université Laval, 1986.

BERRY, Michel. L'Agenda Du chercheur: que faire quand on a trop à faire? **Sciences Humaines**. n°. 9. Maio./Jun. 1995. (p. 19-22)

BERTERO, Carlos Osmar. Prefácio. In: FACHIN, Roberto Costa. **Construindo uma Associação Científica: trinta anos da ANPAD – memórias, registros, desafios.** Porto Alegre: [s.n], 2006. (p. 11-21).

CHARLE, C. Produire et diffuser : les arcanes de la reconnaissance. **Sciences Humaines**, hors-série n° 21, juin/juillet 1998.

CÔRREA, Fátima Carvalho. **A Patente na Universidade: contexto e perspectivas de uma política de geração de patentes na Universidade Federal Fluminense.** Niterói, 2007. 125f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação. Niterói: UFF, 2007.

DORTIER, Jean-François. Les professionnels de l'intelligence: portrait de groupe. **Sciences Humaines**. n°. 157. Fev. 2005. (p.28-33).

_____. La diffusion des sciences humaines. **Sciences Humaines**. n°. 21. Jun./Jul. 1998. (p.42-44).

_____. Qu'est-ce qu'un chercheur? **Histoire philosophie des sciences**. n°. 31. Dez. 2000, Jan./Fev. 2001. (p.48-53).

EVANGELISTA, Olinda. Publicar ou morrer. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Neto (Orgs.). **A bússola do escrever**. 2. ed. São Paulo/Florianópolis: Cortez/UFSC, 2006, p. 297-300.

GINGRAS, Yves. KEATING, Peter. LIMOGES, Camille. Du savant au chercheur entrepreneur. **Histoire philosophie des sciences**. n°. 31. Dez. 2000, Jan./Fev. 2001. (p.32-35).

LECLERC, Gérard. Qui sont les intellectuels? Le cas des universitaires. **Sciences Humaines**. n°. 157. Fev. 2005. (p. 34-37).

LOUVEL, Séverine. Le monde des chercheurs. **Sciences Humaines**. n°. 157. Fev. 2005. (p.38-41).

MARTIN, Olivier. La construction sociale des sciences. In: **Sciences Humaines – hors-série**, n°31, dez./jan-fev, 2001.

MERTON, R.K. Os imperativos institucionais da ciência. In: DEUS, Jorge Dias de (org.). **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SERVA, Maurício. A importação de metodologias administrativas no Brasil – uma análise semiológica. **Revista de Administração Pública**, 26(4):128-44, out/dez 1992.

_____. Contribuições para uma teoria organizacional brasileira. **Revista de Administração Pública**, 24(2):10-21, fev/abr 1990.

ⁱ O resumo deste trabalho foi apresentado no I Colóquio de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, sendo a versão completa inédita.

ⁱⁱ Em seu trabalho o autor fala de outros tipos de obrigações que não fazem parte da realidade do pesquisador brasileiro, por isso fez-se necessária uma adaptação à *brasileira* ao que corresponderia às obrigações do pesquisador francês.